Artigo 1º: Designar o juiz MARCELO OLIVEIRA DA SILVA para acumular a 219ª ZE/Rocha Miranda, nos dias 19 e 20 de setembro, em razão de afastamento, nos termos da LOMAN, da juíza ADRIANA RAMOS DE MELLO;

Artigo 2º: Tornar sem efeito a designação do juiz DANIEL VIANNA VARGAS para acumular a 219ª ZE/Rocha Miranda, nos dias 19 e 20 de setembro, em razão de afastamento, nos termos da LOMAN, da juíza ADRIANA RAMOS DE MELLO, contida no art. 1º, item 03 do Ato GP 402/2019, publicado em 02/09/2019, no DJE/TRE-RJ;

Artigo 3º: Designar o juiz RODRIGO ROCHA DE JESUS para acumular a 141ª ZE/Italva/Cardoso Moreira, no dia 06 de setembro, em razão de afastamento, nos termos da Resolução nº. 33 TJ/OE/RJ, do juiz RODRIGO PINHEIRO REBOUCAS;

Artigo 4º: Designar a juíza LUCIANA DE OLIVEIRA LEAL HALBRITTER para acumular a 229ª ZE/Rio Comprido, no dia 12 de setembro, em razão de afastamento, nos termos da Resolução nº. 33 do TJ/OE/RJ, da juíza ANA PAULA MONTE FIGUEIREDO PENA BARROS;

Artigo 5º: Designar a juíza SIMONE DE ARAUJO ROLIM para acumular a 118ª ZE/Cascadura, nos dias 09, 10 e 11 de setembro, em razão de afastamento, nos termos da Loman, do juiz DANIEL VIANNA VARGAS;

Artigo 6º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA

Presidente

Ato GP nº 407/2019

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2019.

Dispõe sobre o pagamento do auxílio-natalidade, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o pagamento do auxílio-natalidade para os servidores públicos federais, notadamente em seu §2º;

CONSIDERANDO o estabelecido no inciso XIII, parágrafo único, do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, quanto à vedação da aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa; e

CONSIDERANDO, finalmente, o novo entendimento sobre a matéria, firmado no protocolo nº 31.539/2018,

R E S O L V E:

Art. 1º O auxílio-natalidade é devido à servidora do quadro de pessoal deste Tribunal, em razão do nascimento de filho(a), em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

Parágrafo único: Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro.

Art. 2º O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro, servidor do quadro de pessoal deste Tribunal, quando a parturiente:

I - não for servidora pública;

II - for servidora pública estadual, municipal ou distrital, desde que apresente os seguintes documentos:

- a) declaração do órgão da parturiente, afirmando que não houve pagamento de benefício similar; e
- b) comprovante de renúncia ao direito em questão pela parturiente ou, alternativamente, declaração do servidor, sob as penas da lei, de que o aludido auxílio não será requerido no órgão da parturiente.

Parágrafo único. A hipótese prevista no inciso II deste artigo somente será aplicada nos casos em que o nascimento ocorra a contar de 03/06/2019, data da decisão proferida no protocolo nº 31.539/2018, que alterou a interpretação do §2º do art. 196 da Lei nº 8.112/90 neste Tribunal.

Art. 3º Os casos omissos e as situações excepcionais serão resolvidos pelo Presidente deste Tribunal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA

Presidente do TRE/RJ

ATO nº 414/19

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a abertura dos cartórios eleitorais de que trata este ato, nos dias 14/09, 15/09, 21 e 22/09/19.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a importância da identificação biométrica dos eleitores para maior segurança do cadastro eleitoral, bem como a necessidade de fomentar referida ação;

CONSIDERANDO que em razão da necessidade do serviço, este Tribunal possibilita, excepcionalmente, a prestação consecutiva do serviço extraordinário no sábado e no domingo do final de semana da realização das Eleições;

CONSIDERANDO que no dia 22/09/19 encerram as atividades de revisão biométrica do eleitorado nos municípios de Cambuci, Cantagalo, Carmo, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, Sapucaia e Sumidouro;

CONSIDERANDO o disposto nos Atos GP's nºs 321/19 e 382/19,

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar os servidores lotados nas Zonas Eleitorais situadas nos municípios de Cambuci, Cantagalo, Carmo, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, Sapucaia e Sumidouro a trabalharem, consecutivamente, nos dias 14, 15, 21 e 22/9/19, sem necessidade de observar o repouso semanal remunerado do inciso XV do art. 7º da Constituição Federal, preferencialmente aos domingos, caso haja, a critério do Juiz Eleitoral, necessidade do serviço.

Art 2º. Para fins de cômputo do serviço extraordinário, aplica-se, no que couber, o disposto nos Atos GP's nºs 321/19 e 382/19.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA

Presidente do TRE-RJ

ATO GP Nº 409/2019

Designa os membros do Conselho Permanente de Ética do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,